

**O anarquismo italiano e a *contrarrevolução preventiva*:  
a análise de Luigi Fabbri sobre o fascismo**

*Italian anarchism and preventive counterrevolution:  
Luigi Fabbri's analysis of fascism*

*El anarquismo italiano y la contrarrevolución preventiva:  
el análisis de Luigi Fabbri sobre el fascismo*

Rafael Viana da Silva\*

<https://orcid.org/0000-0001-6212-5085>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo compreender a análise do anarquista italiano Luigi Fabbri sobre o fascismo. Escrito em 1921, o livreto “A Contrarrevolução preventiva” analisa a trajetória do fascismo italiano, buscando entender os elementos que propiciaram sua emergência e traçar estratégias para combatê-lo. A partir de uma complexa análise, Luigi Fabbri situa o fascismo não apenas como um movimento de contrarrevolução preventiva, operado pelas classes dominantes, mas ressalta sua autonomia relativa, que constrange os limites da ação do movimento operário e está interligado com a estrutura social do sistema político e econômico italiano. Sua análise é pioneira no campo anarquista e inclusive, no campo do socialismo, antecipando tendências de análise que serão consolidadas nos anos seguintes.

**Palavras-chave:** Anarquismo. Fascismo. Antifascismo.

**ABSTRACT:** This paper aims to understand Italian anarchist Luigi Fabbri's analysis of fascism. Written in 1921, the booklet “The Preventive Counter-Revolution” analyzes the trajectory of Italian fascism, seeking to understand the elements that led to its emergence and to outline strategies to combat it. Based on a complex analysis, Luigi Fabbri situates fascism not only as a preventive counterrevolutionary movement operated by the ruling classes, but also highlights its

---

\* Professor da Rede Pública Municipal de Maricá-RJ. Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012), Mestre (2014) e Doutor (2018) em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Possui experiência de pesquisa com ênfase na História do Brasil e na História Contemporânea, ressaltando os seguintes temas: anarquismo e sindicalismo revolucionário no Brasil, na América Latina e História Global do Anarquismo. É autor do livro “Elementos Inflamáveis: organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)” e organizador do livro “História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil: novas perspectivas.” E-mail: rafaelviana1968@gmail.com

relative autonomy, which constrains the limits of the workers' movement and is intertwined with the social structure of the Italian political and economic system. His analysis is pioneering in the anarchist field and even in the field of socialism, anticipating trends in analysis that would be consolidated in the following years.

Keywords: Anarchism. Fascism. Anti-fascism.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo comprender el análisis del anarquista italiano Luigi Fabbri sobre el fascismo. Escrito en 1921, el librito «La contrarrevolución preventiva» analiza la trayectoria del fascismo italiano, buscando comprender los elementos que propiciaron su emergencia y trazar estrategias para combatirlo. A partir de un complejo análisis, Luigi Fabbri sitúa el fascismo no solo como un movimiento de contrarrevolución preventiva, operado por las clases dominantes, sino que destaca su relativa autonomía, que limita la acción del movimiento obrero y está interconectada con la estructura social del sistema político y económico italiano. Su análisis es pionero en el campo anarquista e incluso en el campo del socialismo, anticipando tendencias de análisis que se consolidarán en los años siguientes.

Palabras clave: Anarquismo. Fascismo. Antifascismo.

### Como citar este artigo:

Silva, Rafael Viana da. “O anarquismo italiano e a contrarrevolução preventiva: a análise de Luigi Fabbri sobre o fascismo”. *Locus: Revista de História*, 31, n. 2 (2025): 214-239.

\*\*\*

## Introdução

A relação entre anarquismo, fascismo e antifascismo ainda é um campo que está sendo devidamente explorado na historiografia especializada. Muitos estudos ainda não avaliaram adequadamente, a contribuição do anarquismo para a luta antifascista, seja no período da ascensão dos movimentos e regimes fascistas, quanto no desenvolvimento do que ficou conhecido como movimento antifascista (ou em sua versão reduzida, *antifa*) no pós-guerra fria. O historiador Kauan Willian dos Santos aponta que “antes do irrompimento da Segunda Guerra Mundial, ou mesmo da construção de órgãos antifascistas, muitos anarquistas já acompanhavam com detalhes a emergência do fascismo” (Santos 2024, 6) e é nesse contexto que inúmeras análises sobre esse fenômeno foram produzidas. Uma faceta que vem sendo recentemente explorada na historiografia especializada, é a que analisa e resgata diferentes obras anarquistas que trataram o tema do fascismo. A título de exemplo, podemos citar além do trabalho de Fabbri, a obra “Nacionalismo e Cultura”, do anarquista alemão Rudolf Rocker, o trabalho de Maria Lacerda de Moura, “Fascismo: filho

dileto da igreja e do capital”, o livro “O delírio racista” do anarquista italiano Camillo Berneri, a obra do anarquista (de forte influência marxista) francês, Daniel Guérin, “Fascismo e grande capital”, os trabalhos de Luce Fabbri (filha de Luigi Fabbri), “Fascismo: definição e história” e mais recentemente, o livro “Antifa: o manual antifascista”, do anarquista Mark Bray.

Na gênese do fascismo, veremos que alguns elementos difusos e provenientes de inúmeras fontes (incluindo o sindicalismo revolucionário) contribuíram com sua formação, mas há certo consenso historiográfico que o fascismo se alimentou de uma mescla entre nacionalismo, futurismo e sindicalismo e que se consolidou como doutrina, a partir da negação e reelaboração pela direita, dos principais elementos históricos do socialismo, do sindicalismo revolucionário e do anarquismo. A associação das origens do fascismo com o sindicalismo revolucionário inclusive, é eventualmente exagerada a partir da influência de dois expoentes do sindicalismo revolucionário: Georges Sorel e de Antonio Labriola. Não há dúvida que Sorel gravitou em torno da CGT francesa, uma central sindicalista revolucionária com forte presença anarquista e que Labriola, tenha participado da União Sindicalista Italiana (USI). Todavia, a noção de que Sorel era o principal teórico do sindicalismo revolucionário parece não ter fundamento, Sorel era um comentarista externo do movimento sindicalista revolucionário e era parte “nada mais do que um grupo de escritores [...] observando o movimento sindicalista de fora [...] estimulados por ele”, mas cujas ideias muitas vezes estavam em desacordo com as dos sindicalistas (Walt 2008). Essa opinião era compartilhada pelo anarquista alemão Rudolf Rocker – outro arguto analista do fascismo – que afirmava que “nenhum desses homens pertencia ao movimento [sindicalista revolucionário], nem teve qualquer influência apreciável em seu desenvolvimento interno” (Rocker 1938). Luigi Fabbri, também reconhecia que o fascismo utilizava uma “fórmula emprestada do sindicalismo” (Fabbri 1921, 40) mas o fascismo era uma “manifestação volitiva dos interesses da classe dominante” (Fabbri 1921, 38).

Luigi Fabbri nasceu na província de Ancona – uma região com forte presença anarquista – em 1877 e rapidamente se conectou aos círculos anarquistas da região, ainda como estudante. Preso pela primeira vez em 1894, no contexto da repressão ao anarquismo do final do século XIX, conheceu em 1896, o maior expoente do anarquismo italiano naquele momento, Errico Malatesta. A partir de então, tornou-se um importante propagandista e polemista do movimento operário e do anarquismo italiano, desenvolvendo reflexões sobre o individualismo, a organização anarquista e sindical, assim como, também produziu materiais doutrinários sobre a ideologia libertária. Preso novamente em 1898 e libertado em 1900, Fabbri participou de iniciativas editoriais importantes, como a revista *Il Pensiero* e o jornal anarquista italiano de Nova Jersey, *La Question Sociale*. E ajudou a fundar importantes iniciativas organizativas, como a União dos Anarquistas Comunistas Italianos e a União Anarquista Italiana.

Participou de um dos jornais anarquistas mais importantes da Itália, o jornal *Volontà*, dirigido por Errico Malatesta, e posteriormente de *Umanità Nova*, lançado em 1920 e que lhe rendeu outra prisão e um ataque fascista (Lamendola 1988). É no auge do movimento fascista na Itália, que Fabbri terá suas principais obras analíticas e doutrinárias impressas, como a obra “Ditadura e Revolução” e o livro “A Contrarrevolução preventiva”. Este último impresso será escrito no calor do momento em que as expedições fascistas queimavam sedes operárias e atacavam jornais socialistas e anarquistas. Fabbri foi novamente vítima desses ataques e em 1923 foi espancado pelos fascistas italianos. Com a ascensão do regime de Mussolini ao poder, foi obrigado a jurar lealdade ao regime em 1926 e perdeu seu emprego de professor, ao se negar a fazê-lo (Lamendola 1988). Exilou-se para a Suíça em 1927 e posteriormente França e Bélgica. Expulso deste país, embarcou para o Uruguai em 1929, falecendo em 24 de junho de 1935, com o regime fascista italiano já consolidado e o fascismo tendo se tornado uma referência política em todo mundo.

### **O movimento operário, o anarquismo italiano e a crise política pré-fascismo**

Entre 1859 e 1870, o Estado italiano emergiu como nação após um processo de luta contra potências estrangeiras e um movimento nacionalista restrito a pequenas parcelas da população. O resultado foi a construção de um sistema político frágil e repleto de contradições (Blinkhorn 2009, 16).

A construção do novo Estado produziu uma monarquia limitada e a constituição de um sistema político liberal de cunho parlamentar, a partir de uma administração extremamente centralizada (Blinkhorn 2009, 16). Contudo, as bases sociais do liberalismo eram exíguas e foram lentamente ampliadas, não eliminando as contradições sociais e econômicas que emergiam com o novo país. O processo de unificação italiana não eliminou as profundas diferenças existentes entre o Sul e o Norte de seu território. Enquanto o Norte tinha maior proximidade (inclusive cultural) com os mercados da França e Alemanha, o Sul (Duggan 2016, 37) permanecia insular culturalmente e com uma estrutura econômica baseada na produção rural. Apesar de ser em muitos aspectos uma sociedade urbana, a produção e vida rural possuía um peso importante na estrutura econômica e política da Itália. Fabbri percebia tal importância ao avaliar que os camponeses haviam “devolvido ao país toda a sua eficiência econômica”, ao mesmo tempo em que adquiriam “maturidade política e moral” (Fabbri 1921, 51).

A unificação e o advento do liberalismo republicano não contemplaram as expectativas de desenvolvimento industrial acelerado – a Itália seguia retardatária na corrida industrial europeia – e até 1880, a indústria permaneceu modesta e restrita às regiões de Piemonte, Ligúria e Lombardia (Duggan 2016, 178). No campo, trabalhadores rurais depauperados lidavam com proprietários de

terra avessos às quaisquer reformas sociais ou nas palavras de Fabbri, a “burguesia latifundiária [...] é retrógrada por natureza e tradição” (Fabbri 1921, 6). Até o final de 1881, proprietários, industriais, profissionais, professores, funcionários públicos, empregados e donos de lojas somavam um pouco mais de 1 milhão de pessoas, 6,2% da população (Duggan 2017, 182). Os setores médios da sociedade italiana não se tornaram numerosos apesar da expansão universitária promovida após a unificação italiana, o número de catedráticos e bacharéis, não foi devidamente absorvido por essa estrutura social desigual. Muitos destes setores que forneceriam os principais quadros, das lideranças fascistas e que em grande medida, se politizam com uma retórica anti-liberal e um descrédito com o sistema republicano italiano, fenômeno que foi argutamente percebido por Fabbri. A partir de 1890, no entanto, áreas substanciais da Itália passavam por uma profunda transformação, embora ainda concentrada, uma emergente classe trabalhadora urbana somava-se às fileiras de uma nova camada urbana (Blinkhorn 2009, 21).

Apesar da expansão do eleitorado, que em 1882 triplicou (Duggan 2017, 185) para dois milhões (25% dos homens adultos), as tensões sociais não eram totalmente subsumidas pelo sistema político italiano, que ainda excluía os analfabetos (maioria de camponeses e em maior parte no Sul). Tais tensões produziam tradições à esquerda, tanto pela divisão da esquerda *maximiana* em diferentes grupos, mas pela formação de cooperativas de trabalhadores, sociedades de auxílio mútuo, grupos socialistas e anarquistas, que em seu conjunto desafiava o sistema político (Duggan 2017, 188-189). A fundação do Partido Socialista Italiano (PSI), em 1892, uma corrente política eleitoral, mas de cariz socialista tornava-se uma ameaça à balança política institucional e apesar de proscrito na década de 1890 (Blinkhorn 2009, 22), expandiu-se consideravelmente nos anos seguintes. A estratégia política adotada pelo republicanismo foi o de tentar canalizar os descontentes para os canais institucionais (Duggan 2017, 189) e por outro lado, reforçar a autoridade do Estado, visando conter a insatisfação subalterna.

Na Itália fervilhante de profundas transformações sociais e conflitos políticos, a ideia de uma Itália liberal tomada pela corrupção, passou a povoar o imaginário de escritores e novelas da época (Duggan 2017, 191). Como toda sociedade em rápida transição e transformação, a crise modificava as formas de compreensão política, inferindo pela esfera da cultura, uma saída pelo “alto”. Nos dois mandatos do governo Crispi (1887-1891 e 1893-1896) – período que coincide com uma grave crise econômica e com as contradições exacerbadas pela corrida imperialista – a ideia de Estado forte, autoritário e militarista (Duggan 2017, 193) que uniria a nação para além dos conflitos de classe passa a ser aplicada. O segundo mandato de Crispi foi marcado por revoltas camponesas (esmagadas por forças militares), repressão ao movimento operário e suspensão do parlamento. O governo Crispi encerrara precocemente, com o fracasso de sua aventura

imperialista, que acabou lhe custando o cargo (Duggan 2017, 193-195). O sistema político italiano oscilava entre ações autoritárias e uma premente convulsão social.

### **Sindicalismo revolucionário, Luigi Fabbri e o anarquismo na Itália do pré-guerra**

O processo de unificação da Itália, que ficou conhecido como *Risorgimento* forneceu os primeiros quadros da Associação Internacional dos Trabalhadores, com o papel decisivo de Mikhail Bakunin, que durante a década de 1860, passou pelo território italiano (Levy 2023, 411).

Essa primeira geração é marcada pela derrota da Comuna de Paris e o ascenso da Associação Internacional de Trabalhadores, que em solo italiano se enraíza inicialmente no sul do país. A AIT na Itália se desenvolve em cidades pequenas e de tamanho médio na Toscana, Emília e Romana, assim como, há uma rápida difusão nas regiões industrializadas do norte italiano (Levy 2023, 412). Nos anos 1870, a partir da dissolução da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1877, começa a se consolidar, uma forma de ação que ficou conhecida como anarquismo insurrecional ou insurrecionalista, onde a propaganda pelo fato era sua principal arma, consistindo em atos de violência contra instituições, insurreições pontuais e atentados contra autoridades, realizados a partir de pequenos grupos. Tais ideias tiveram, um breve período de ascenso no anarquismo europeu da década de 1880 (Walt; Schmidt 2009, 131), ainda que não fossem hegemônicos. Na Itália, tentativas de insurreição em áreas urbanas da Itália central (1874) e na região montanhosa de Matese (1877) forjaram a primeira geração de insurrecionalistas anarquistas, ainda que muitos tenham a partir dessa experiência, abandonado tal estratégia em detrimento da construção sistemática da militância no interior dos sindicatos.

A dissolução da Internacional em solo italiano, atingida duramente pela repressão dos governos autoritários do ex-mazziniano Francesco Crispi e do general Luigi Pelloux, fizeram com que o eixo do anarquismo italiano fosse conectado a uma diáspora global (Levy 2023, 413). O próprio Luigi Fabbri engrossou as fileiras dessa diáspora, ainda que num período histórico distinto do governo Crispi, tendo que se exilar primeiro em Paris, em 1929 e depois em Montevideu (Fabbri 2002, 155).

Os anarquistas italianos foram grandes expoentes nessa “Era dos atentados” e o auge das ações insurrecionais do anarquismo italiano ocorrera justamente, no contexto da aguda crise do sistema político italiano e em governos que usaram do expediente autoritário, para reprimir o movimento operário. Apesar de diversas iniciativas congressuais, como as conferências nacionais de 1891, 1907 e 1915, o anarquismo encontrou dificuldade de manter uma organização nacional contínua (Levy 2023, 417) e quando o maior catalisador deste debate – a Revolução Russa de 1917 e a derrota anarquista em 1919/21 –, espalhou essa necessidade como um vírus, em nível global, o

anarquismo italiano defrontara-se com o fascismo, o que implicou, em enormes dificuldades no nível organizativo. Essas dificuldades também se ligavam ao crescimento do bolchevismo após a Revolução Russa, fato que implicou em inúmeras contribuições teóricas de Fabbri, particularmente depois de 1919, com os trabalhos “Revolução não é ditadura”, “O Estado e a Revolução: sobre o livro de Lênin do mesmo nome”, “O conceito anarquista da Revolução”, “O Marxismo e a ideia de ditadura”, entre outros.

Luigi Fabbri, que nascera no ano de 1877, em Fabriano, província de Ancona – um dos centros clássicos do anarquismo italiano – toma contato com o anarquismo no ano de 1893, com apenas 15 anos de idade, quando as ações insurrecionais anarquistas esvaziavam. Seu contato com Malatesta em 1897, influenciou-o decisivamente e foi com este, que começou sua carreira de jornalista e propagandista do anarquismo italiano, com a organização de *L'agitazione* em Ancona, no período em que Malatesta estava na prisão. Fabbri também foi preso diversas vezes (a primeira em 1894, depois em 1898), tornando-se um alvo frequente da repressão, principalmente no contexto da repressão anti-anarquista, após o assassinato do Rei Humberto. A partir do segundo mandato do primeiro-ministro Giovanni Giolitti (1903-1905), o governo passou a adotar uma nova estratégia, priorizando uma política que tentava dar pequenos ganhos às classes trabalhadoras, mantendo uma linha econômica com foco na estabilidade. Paralelamente, Giolitti tentava atrair o Partido Socialista Italiano (PSI) para sua esfera de influência, impingindo a ideia de cooperação e colaboração entre classes, minando desta maneira as correntes que apostavam na perspectiva da revolução social e da transformação radical da sociedade (Duggan 2017, 208). Ao promover um programa de reformas sociais, Giolitti não abandonava o expediente da repressão, mas manifestava um apoio pontual, à certas demandas que estavam na ordem do dia do movimento operário italiano. Fabbri polemizou duramente com esse tipo de tática no interior do socialismo nas páginas do jornal *Il Pensiero* (Fabbri 2002, 59).

Nesse período há uma expansão das chamadas Câmaras de Trabalho, locais que na prática, reuniam diferentes sindicatos dentro de uma mesma cidade ou região e que articulavam politicamente as demandas da classe trabalhadora italiana e incluíam diferentes correntes políticas, desde anarquistas e socialistas, até mesmo correntes do sindicalismo católico. Em 1902, de cada quatro trabalhadores da indústria, um era filiado a sindicatos de orientação socialista e o número das câmaras de trabalho, saltou de 14, em 1900 para 76, em 1902 (Duggan 2017, 209). A participação anarquista nas câmaras de trabalho encontrou um ambiente confortável e não focavam apenas nas questões econômicas, mas desenvolviam centros de convivência, programas educacionais, anticlericais e antimilitaristas a partir de um eixo classista (Levy 2023, 419) e o tema

da greve geral, ganhava desde o final de 1890, mais espaço nos diários operários e socialistas (Antonioli 2004, 192).

É também neste período, que a estratégia do sindicalismo revolucionário passa a se projetar gradualmente, como uma tendência sindical relevante. Ao contrário de ser difundido pelos anarquistas, originalmente, o sindicalismo revolucionário italiano surge por meio de uma corrente revolucionária do Partido Socialista Italiano (PSI), que em 1904, consegue conquistar a direção do partido, no congresso de Bolonha (Antonioli 2004, 194). O sindicalismo revolucionário se disseminará rapidamente a Milão, Veneza, Mântua, Ligúria (Gênova, Sanpiedarena, Sestri Ponente e Savona) e se espalha de maneira mais estável ou temporária, em Emilia, Bolonha, Parma, Piacenza e nas províncias de Módena e Ferrara e defenderia, a independência política do sindicato, a conquista salarial e de reformas por meio da ação direta e a ideia da greve geral, como ferramenta tática de pressão social e também de construção de uma futura sociedade socialista. Neste período, Fabbri se enfrentou polêmicas no socialismo e ao que considerava como “equivocos” do campo político anarquista, debatendo com os individualistas anarquistas e insurrecionalistas. Segundo as memórias de sua filha, Luce Fabbri, sempre “ressaltando o caráter fundamentalmente reacionário das teorias de Stirner” (Fabbri 2002, 57, tradução nossa).

Em 1906 é fundada *Confederazione Generale del Lavoro* (CGDL) que já em seu interior, continha um setor minoritário, que era alérgico ao sindicalismo reformista dominante da central sindical. Será este setor que aponta um ensaio de ruptura, formalizado em 1907, na fundação do chamado Comitê Nacional de Resistência. Nesse contexto, surgem jornais importantes para o anarquismo italiano, como o periódico *Il Pensiero* fundado em 1903, organizado por Luigi Fabbri e Pietro Gori, em Roma, e o jornal *Volontà*, fundado em 1913, por Errico Malatesta. Neste período, Fabbri já era um polemista experiente, tendo lançado inúmeros artigos, com críticas duras aos individualistas anarquistas e aos socialistas parlamentares, além de ter escrito uma obra doutrinária de boa repercussão, publicada no ano de 1911.

As fraturas no interior da classe dominante italiana, sobre qual programa político a ser adotado em relação às classes perigosas, pareciam mais proeminentes, quando latifundiários e industrialistas passam a minar os experimentos de reforma social no mundo do trabalho e ensaiar alianças com setores do nacionalismo italiano (Levy 2013, 420) ao longo da década de 1910. O programa de reformas sociais e colaboracionismo de Giolitti nunca foi um consenso no interior da classe dominante italiana. Muitos industriais encaravam a política *giolittiana* com ceticismo e essa hostilidade aumentou em proporção à desaceleração do ritmo do crescimento econômico italiano (Duggan 2017, 210-211).

É nesse contexto que será fundada a União Sindical Italiana (USI), em 1912. A partir da decisão de um congresso que reuniu mais de 150 mil inscritos em 1910, herdeiro do Comitê Nacional de Resistência, a USI nascia a partir da interlocução com outras entidades sindicais ligadas ao sindicalismo revolucionário e com forte perspectiva anarquista. Fabbri não aderiu imediatamente à União Sindical Italiana, preferiu permanecer vinculado – como trabalhador da educação – à Confederação Geral do Trabalho, pois era publicamente contrário à formação de sindicatos declaradamente anarquistas, assumindo que isso poderia dividir o movimento operário (Fabbri 2002, 75), uma posição que era próxima da concepção malatestiana de sindicalismo.

Com presença relevante nas regiões de Parma, Bolonha, Modena e massiva na região de Carrara, Piombino e Sestri Potente, a USI cresceu para mais de 100 mil filiados em 1913, repartidos em vinte províncias, treze Câmaras de Trabalho e cinco uniões sindicais (Antonoli 2004, 198-199). O historiador Carl Levy aponta que neste período, os anarquistas estavam enraizados em “bairros urbanos e subúrbios periféricos”, criando uma “república global de jornais e jornais de assunto único” (Levy 2018, 418, tradução nossa). Durante um longo tempo da sua vida, Fabbri se dedicou integralmente à redação de jornais operários, inclusive, sobrevivendo materialmente a partir desse trabalho.

A conjuntura europeia, no entanto, imprimirá desafios imensos para a reorganização do movimento em solo italiano, que se depara com um giro político importante, que atravessará toda sua trajetória nos próximos anos. Não à toa, os textos mais importantes do anarquismo italiano e de Luigi Fabbri, no que diz respeito à sua organização, foram produzidos neste contexto, que começa com a Revolução Russa, de 1917 e termina com o período de ascenso do fascismo, em 1921.

### **A Primeira Guerra (1914-1919), Luigi Fabbri e o surgimento do fascismo**

A eclosão da 1ª Guerra Mundial no verão de 1914 envolveu inicialmente cinco grandes potências. Inglaterra, França e Rússia (Tríplice Entente) de um lado e Alemanha e Áustria-Hungria (Tríplice Aliança) de outro. A Sérvia alinhou-se à Tríplice Entente, contra a intervenção do Império Austro-Húngaro e o Império Otomano, alinhou-se à Tríplice Aliança. Apesar de em teoria, a Itália estar alinhada à Alemanha e Áustria-Hungria pela assinatura de um tratado em 1882, o país manteve-se neutro, tendo em vista que a Áustria declarou guerra à Sérvia sem sua consulta (Duggan 2017, 216).

O debate do alinhamento a um ou outro bloco (ou a neutralidade) passou a fazer parte das discussões políticas nacionais e o caso italiano e grego, ficaram marcados pela virulência de tal debate. Na Itália, inicialmente, a maioria dos setores políticos adotou a neutralidade. Socialistas,

sindicalistas revolucionários e católicos opunham-se num primeiro momento, ao conflito militar. O bloco favorável à participação na guerra era heterogêneo, incluía desde poetas futuristas, intelectuais de direita, liberais mais conservadores, alguns sindicalistas e nacionalistas italianos.

Segundo Martin Blinkhorn “durante o inverno de 1914-1915 e o início da primavera de 1915 o debate se intensificou, extravasando com estardalhaço e, às vezes violência para as ruas das cidades italianas” (Blinkhorn 2009, 28). No interior do movimento operário, o impacto da guerra foi crucial para o desenvolvimento dos acontecimentos políticos. Benito Mussolini, à época, secretário do PSI e editor do jornal socialista *Avanti*, inicialmente alinhara-se como todos os socialistas do período a favor da neutralidade. Fabbri chegou a contribuir com matérias para o jornal *Avanti* e chegou a trocar cartas protocolares com seu editor por conta de alguns de seus artigos ali publicados.

A partir de 1914, no entanto, Mussolini muda sua posição para a de “neutralidade ativa”, simpatizando com os exércitos de França e Inglaterra e posteriormente, apoiando abertamente a intervenção italiana (Blinkhorn 2009, 36). Como resultado, foi expulso do PSI e passou a editar um novo jornal, *Il Popolo d'Italia* e se dedicou nos dois anos seguintes, a propagar uma nova estratégia de “revolução nacional”, onde o socialismo era paulatinamente abandonado por uma perspectiva nacionalista, onde a luta de classes era gradualmente substituída pela luta entre nações. Em 1º de janeiro de 1915, Mussolini publicou o primeiro manifesto dos *fasci d'azione rivoluzionaria*, identificando-se com a Entente e rejeitando explicitamente a luta de classes. Agitando um congresso no final de janeiro, o primeiro encontro desses *fasci* reuniu 9 mil adeptos em todo país (Paris 1976, 55-56). Ainda marginal, os *fasci* seriam o embrião das brigadas fascistas em toda a Itália. Em maio de 1915 já estava claro o comprometimento da Itália com a guerra, alinhada inicialmente à Tríplice Entente, enquanto o anarquismo italiano agrupava-se em torno de um enérgico anticolonialismo (Fabbri 2002, 93). Apoiada por parte das classes dominantes da monarquia italiana, por grandes empresários, latifundiários e setores políticos do nacionalismo, conservadorismo e parte do liberalismo, a Itália recrutara nos anos seguintes, mais de 5 milhões de italianos e mais de 600 mil pereceriam nas trincheiras da Europa (Duggan 2017, 217-218). A industrialização provocada pela guerra, estimulou o setor da siderurgia, mecânica, química, elétrica, automobilística, metalurgia, engenharia, armamentista e aeronáutica, provocando mudanças na composição da classe trabalhadora italiana, com maior participação feminina e oriunda de zonas agrárias (Venza 2004, 206; Blinkhorn 2009, 30).

Ao mesmo tempo, a coesão patriótica impôs uma nova ordem, onde a classe trabalhadora era limitada a um papel subordinado (Venza 2004, 206) a partir da rotina de trabalho militarizada, ainda que tivesse conquistado melhoria nas condições de trabalho pontuais, fruto da mobilização

por local de trabalho, ainda no período do conflito militar. Para completar, a experiência da guerra, em específico, o período de 1916 e 1917 – auge do horror das trincheiras – trouxe um colapso das antigas categorias sociais e políticas (Eksteins 2021, 185-186) com a qual o fascismo certamente se alimentara. A ideia de que o desgaste contínuo do inimigo era a única solução para a vitória militar (Eksteins 2021, 172), espalhava-se também para a gramática política.

A crise política da participação da Itália na guerra se intensificou em 1917, na esteira de uma forte onda de mobilização do movimento operário global, que se agudizaria nos anos seguintes. A economia italiana entre 1918 e 1919 foi afetada por inúmeras crises de alimentos e matérias-primas, o desemprego se acentuava gradativamente com o retorno dos soldados desmobilizados (Blinkhorn 2009, 31) e as classes dominantes italianas lidavam com uma insatisfação crescente do movimento operário diante as condições de vida e trabalho. Do ponto de vista da política eleitoral, os liberais saíam da guerra com a reputação manchada, o sistema político mudou suas regras de representação tradicional – favorecendo os partidos modernos e prejudicando o esquema tradicional do clientelismo – e o Partido Socialista Italiano e o recém-fundado Partido Popular Italiano (PPI), de extração católica, apresentavam-se com bons resultados no sufrágio italiano e se consolidavam como partidos de massa (Blinkhorn, 31-32). É nesse contexto de indefinição e crise da política italiana, que surge a primeira organização fascista, os *fasci di combattimento*, primeiramente em Milão e ainda modesta, reunindo cerca de 150 pessoas em março de 1919 (Paris 1976, 65). Uma precaução metodológica importante, é perceber que o fascismo ainda estava se formando enquanto um movimento político e, portanto, suas ideias ainda não estavam plenamente constituídas, abastecendo-se de estratégias ora da esquerda socialista, ora do futurismo italiano e seus congêneres. Ainda estava presente a ideia de *síntese* entre o conceito de luta de classes e o conceito de pátria nação (Paris 1976, 62). Seu programa, neste momento, reunia demandas proletárias que ao mesmo tempo se fundiam com um pronunciado nacionalismo. Por outro lado, 1919 marca o ponto de inflexão e continuidade no itinerário fascista, quando um grupo de futuristas, *Arditi*, estudantes nacionalistas e fascistas, incendiam a sede do jornal socialista *Avanti*. De junho a agosto de 1920, os *fasci* aglutinavam menos de novecentos adeptos e no final do ano, já reuniam vinte mil integrantes (Paris 1976, 67).

Depois de 1919, o movimento operário italiano experimenta um processo de ascenso organizativo e mobilizatório. No caso do anarquismo, a USI reunirá 180 mil aderentes em 1919 e mais de meio milhão em 1921 (Antonioli 2004, 207). Neste período, a Confederação Geral do Trabalho (CGL) crescerá de 250 mil sindicalizados para 2 milhões de membros e os sindicatos católicos de 160 mil para 1,25 milhão (Blinkhorn 2009, 32). As reivindicações do movimento operário organizado giram em torno da luta pela jornada de 8 horas de trabalho e até 6 horas de

trabalho em certas categorias expostas a riscos ou a trabalhos perigosos (Antonioli 2004, 209-210). Em 1920 tem início a primeira ocupação de fábrica e a formação de um conselho de trabalhadores nas fábricas Piaggio e ILVA, tais ocupações são pioneiras num repertório que será utilizado em todo este ano e no seguinte e não à toa, este período ficará conhecido pela historiografia como o biênio vermelho (*biennio rosso*). É nesse contexto que os primeiros esquadrões fascistas passam a se apresentar como uma solução não só ao problema social, mas aos problemas nacionais, tendo como apoio ativo, uma base de latifundiários e burgueses desejosos em contra-atacar. Pela lógica da guerra de posição, o primeiro princípio da guerra era o de “não ceder nenhum pé de terreno” e se perdido, “retomá-lo imediatamente por meio de um contra-ataque” (Eksteins 2021, 173).

Tal lógica militar, projetava-se no tecido social e mesmo das elites, por um imaginário da guerra, entendendo a disputa política como um campo de batalha, onde cada centímetro (“o tudo ou nada”) era frontalmente disputado. Na região agrária do Vale do Pó e na Toscana, os fascistas passaram a hostilizar as ligas camponesas católicas e sindicatos socialistas. Rapidamente, esse tipo de tática, espalhou-se para as regiões urbanas de Bolonha, Ferrara e Florença. Neste período, o fascismo definitivamente integra-se a um programa violentamente anti-socialista e inaugura a política do *squadrismo*, uma tática paramilitar, que implicava o ataque dos fascistas contra as sedes das organizações operárias, socialistas e anarquistas, por meio de expedições punitivas (Blinkhorn 2009, 39). Entre meados de 1920 e 1922, os fascistas atacaram sedes de partidos de esquerda, organizações operárias católicas, tipografias de jornais socialistas e do sindicalismo de os matizes. De 1920 a 1922, o fascismo cresceu de menos de mil integrantes para duzentos e cinquenta mil aderentes (Blinkhorn 2009, 40) e na medida que se expandiu, integrou veteranos de guerra (sua base inicial), a juventude escolarizada de classe-média, profissionais liberais e trabalhadores burocráticos das grandes e pequenas cidades. Na zona rural, os fascistas eram recrutados entre as camadas mais altas da sociedade, dos grandes e médios proprietários de terra, camponeses proprietários (Blinkhorn 2009, 40), administradores etc.

A atividade sindical, que flerta com o início de um processo insurrecional, no entanto, é desmobilizada, seja por dificuldades organizativas dos próprios organismos sindicais seja pela rápida reação do governo, que oferece à CGdL, formas vagas de “controle sindical” das fábricas (Venza 2004, 215), esvaziando o processo mobilizatório. O refluxo que se segue é acompanhado de perseguição às lideranças sindicais, com prisão de Armando Borghi, dirigente da USI. A sede de *Umanità Nova* – o principal jornal anarquista da Itália – é invadida e seus redatores são presos. Malatesta é encarcerado e processado com a acusação de complô e incitação à atentado (Venza 2004, 217). Fabbri é absolvido das acusações e decide se mudar para Corticella, uma pequena região

no município de Bolonha (Fabbri 2002, 105), local onde trabalhará como professor, até sua nova mudança domiciliar, em 1922.

O anarquismo é fortemente atingido pela vaga repressiva e as organizações do movimento operário de todas as tonalidades ideológicas, assistem ao fechamento de suas sedes, com baixíssima capacidade de reação. É nesse contexto de avanço do fascismo, de refluxo do movimento operário e de repressão estatal, que Luigi Fabbri, produzirá, no calor dos acontecimentos, sua obra, intitulada, “A contrarrevolução preventiva: reflexões sobre o fascismo”.

### **A análise do fascismo de Luigi Fabbri**

Fabbri escreve sua análise sobre o fascismo, em outubro de 1921. Nesse período, o militante já possuía mais de trinta anos de anarquismo, diversas passagens pela prisão e um amplo cabedal de debate político, no interior do socialismo e do anarquismo. Durante os anos anteriores e os seguintes, Fabbri polemizará com os bolcheviques, debatendo conceitos caros ao campo do socialismo. Sua análise sobre o fascismo, será sem dúvida alguma, a de maior fôlego e que investirá maiores energia de seu autor. No campo do marxismo, as contribuições de Antonio Gramsci e José Carlo Mariátegui por exemplo, são devidamente reconhecidas, como análises pioneiras, publicadas em 1920 e 1921. Mas a contribuição de Fabbri, sequer é mencionada na esmagadora dos estudos sobre o fascismo.

De qualquer modo, Fabbri se junta aos que, parafraseando o pesquisador do fascismo Michael Mann, “levaram o fascismo à sério” (Mann 2008, 11). David Renton coloca que diante a ascensão do fascismo italiano, na década de 1920, a maioria dos críticos, enfatizou “a natureza temporária de seu movimento e a marginalidade na Itália como um todo” (Renton 2024, 103). Fabbri considera que o fascismo, ligava-se a uma tentativa da classe dominante em aplastar um processo revolucionário em solo italiano e, portanto, explicava-se por questões que eram estruturais.

Para Fabbri, o fascismo vinculava-se à própria estrutura da sociedade capitalista italiana, mas não podia ser resumido a uma simples defesa instrumental das classes dominantes. Fabbri considerava que o fascismo não era um fenômeno singular à Itália e que suas características encontravam ascendência histórica a partir de outros movimentos reacionários da modernidade.

À título de sistematização e dentro do campo do marxismo do período, Renton propõe três leituras possíveis sobre o fascismo no período entreguerras. A primeira, que ele caracteriza como a escola “esquerdista” de análise sobre o fascismo. Esta estava ligada à fração de esquerda do Partido Comunista Italiano e era representada pelo comunista Amadeo Bordiga. Na sua contribuição ao congresso da Internacional Comunista, em 1922, Bordiga desenvolveu a tese que

considerava o fascismo como um truque nas mãos da classe dominante capitalista, uma forma de coerção estatal realizada pela burguesia e cujo principal objetivo era esmagar o movimento operário (Renton 2024, 106). Esta análise é caracterizada por Michael Mann de uma análise *instrumental* das motivações de classe do fascismo (Mann 2008, 165-174), onde os fatores econômicos foram em sua visão, superdimensionados. Para Bordiga, o fascismo era compreendido como um “ataque subsidiário dentro dessa ofensiva” (Renton 2024, 107) e mesmo após a tomada do poder por Mussolini, Bordiga considerava que o fascismo “não acrescentou nada à ideologia e ao programa tradicionais da política burguesa” (Bordiga *apud* Renton 2024, 107).

A segunda análise, caracterizada como uma análise à direita, era esboçada por membros do Partido Socialista Italiano, que entendiam o fascismo como um movimento difuso, um movimento de massa autônomo do controle do capitalismo (Renton 2024, 110-11), que agia com seus próprios instintos e “independia do apoio capitalista” (Renton 2024, 111). Tal tese era sustentada pelo socialista Giovanni Zibordi, que em 1922, publicara um opúsculo intitulado “Crítica socialista do fascismo”.

Por fim, Renton classifica uma terceira escola de análises sobre o fascismo, que é identificada como a escola *dialética*. Nessa abordagem, o fascismo era compreendido tanto como um movimento de massas autônomo, quanto um movimento ligado às classes dominantes capitalistas. Dialética, porquanto combinaria a análise que evidenciava a ligação do fascismo com os objetivos da classe dominante e um movimento que obtinha “apoio das massas” (Renton, 2024, 115-117) e possuía uma dinâmica própria. No campo do marxismo, tal análise foi engendrada a partir de longos debates, representados pelas contribuições de Karl Radek, Giulio Sas e Clara Zetkin. Em junho e julho de 1921, um pouco antes da publicação do opúsculo de Fabbri, o terceiro congresso da Internacional Comunista, não debateu o tema do fascismo e foi apenas no quarto congresso, realizado em novembro e dezembro de 1922, que as discussões sobre o fascismo foram aprofundadas (Renton 2024, 114-115)

O fascismo era compreendido num contexto de “mudanças das relações de forças entre as classes” (Renton 2024, 118). O fascismo tanto estaria ligado às classes dominantes em sua reação anti-operária, quanto agia de maneira independente das elites capitalistas e pré-capitalistas (Renton 2024, 119-120), somente a partir de 1923, essa abordagem passou a ser a dominante dentro da Internacional Comunista. De maneira pioneira, Fabbri entendeu o fascismo a partir de uma análise que integrou ambas as dimensões, antes portanto, das elaborações da III Internacional.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Renton classifica Fabbri como parte dessa tradição dialética, apesar de não evidenciar adequadamente seu pioneirismo. Renton, 2024, 160.

Para ele, o fascismo italiano possuía um contexto histórico preciso, sendo “o produto mais natural e legítimo da guerra” e “representa a continuação em nível nacional da guerra mundial iniciada em julho de 1914 e ainda não terminada” (Fabbri 1921, 4). Fabbri entendia a 1ª Guerra como um catalisador da experiência fascista, sendo o conflito fascista, um prolongamento do conflito bélico, em solo italiano. Outros estudos já demonstraram a importância da Primeira Guerra<sup>2</sup> e do paramilitarismo fascista na sua formação, onde o paramilitarismo conferia “uma identidade social concreta e abrangente” (Mann 2008, 145). O fascismo se alimentou da ideia da “nação em armas” e da guerra total. Consolidada pela Primeira Guerra Mundial, esta ideia brutalizou a política e disseminou o paramilitarismo civil como uma alternativa (Mann 2008, 100-101), que resolveria os problemas políticos pela força. Para Fabbri a “guerra de 1914-1918 foi travada não apenas nas fronteiras, mas também no interior de cada nação” (Fabbri 1921, 4) e o fascismo seria um produto das hostilidades de classe aprofundadas durante a guerra. Era uma “resposta às necessidades de defesa das classes dominantes na sociedade moderna” (Fabbri 1921, 5) pois “a guerra era necessária para deter os avanços do proletariado às custas do capitalismo” (Fabbri, 1921 8).

Para ele, o fascismo era parte de uma contrarrevolução preventiva, pois os patrões não tinham sua margem de lucro desejada e sua autoridade ia diminuindo cada vez mais, com seus prestígios e lucros (Fabbri 1921, 13). Aqui ressalta-se que Fabbri não considera tal contrarrevolução como uma reação à perda dos lucros, mas principalmente a perda da autoridade dos patrões.

Ao contrário de análises mecanicistas, que por exemplo, serão desenvolvidas na fração esquerda do Partido Comunista Italiano e da chamada escola “esquerdista”, Fabbri não considera o fascismo como um simples “truque nas mãos da classe dominante capitalista” (Renton 2024, 106). Para Fabbri a “ameaça proletária uniu a classe dominante, da qual o fascismo hoje constitui uma espécie de milícia e ponto de encontro, em um bloco” (Fabbri 1921, 6), uma “convergência de interesses, ambições e poderes ameaçados pela revolução” (Fabbri 1921, 14). O fascismo “forneceu uma resposta excepcional a essa necessidade por parte da burguesia” (Fabbri 1921, 14). Para ele, a classe dominante não é composta apenas pela burguesia, mas também dos “estratos mais retrógrados, por todas as castas que sobrevivem de forma parasitária sob a égide do Estado ou que administram suas ramificações” (Fabbri 1921, 14). Para Fabbri, em torno da classe dominante, agrupam-se “classes ou subclasses e categorias para as quais a situação atual não oferece nenhuma

---

<sup>2</sup> “Sem a Grande Guerra, o fascismo provavelmente não teria passado de uma nota de rodapé da história”. Mann, 2008, 21.

perspectiva”, como “a pequena burguesia, muitos funcionários e professores, certas profissões e assim por diante” (Fabbri 1921, 14).

A composição social do fascismo foi fartamente debatida pela historiografia do fascismo, com um setor, erroneamente caracterizando o fascismo como uma “manifestação essencialmente da classe média ou média inferior” (Mann 2008, 32) com um grupo de pesquisadores compreendendo o conceito de classe-média, como “qualquer um que não seja proletário nem das classes mais altas (Mann 2008, 33)”. Em 1923, Salvatorelli sustentava que o fascismo “era um movimento independente de descontentes de classe-média” e Karl Radek, como o “socialismo da pequena-burguesia” (*apud* Mann 2008, 34). Outras teorias, como as teorias psicológicas de Fromm e Reich também identificarão como espinha dorsal do fascismo os intelectuais sem trabalho, soldados reformados, estudantes, comerciantes e demais trabalhadores liberais, de colarinho branco (Mann 2008, 35).

Fabbri avalia que no início do fascismo, este era “uma criatura miserável e sombria; minúsculos grupos espalhados aqui e ali pela península, sem seguidores de qualquer importância e em mau estado de espírito com a própria classe dominante” (Fabbri 1921, 19). Seu contingente neste período “era formado principalmente por estudantes e ex-oficiais do exército, alguns profissionais liberais e aquele segmento do chamado elemento “intervencionista” de 1914” (Fabbri 1921, 19). Foi este último segmento, que atuou como o “autor e organizador” do fascismo, pois “quase todos os seus membros tinham sido jornalistas, organizadores, oradores públicos [...] eles conheciam as técnicas de organização, a linguagem retórica que desperta a imaginação e suscita ressentimentos” (Fabbri 1921, 19). O paramilitarismo fascista dos *squadri* era utilizado assim, como uma ferramenta de mobilização reacionária, que compunha uma das identidades nucleares dos fascistas em seu período inicial. Pesquisadores como Mann (2008) e Blinkhorn (2009) apontaram de maneira precisa, que o ultranacionalismo e estatismo radical (de “baixo para cima”) dos primeiros fascistas italianos, se alimentavam de uma ambiguidade presente na própria formação política italiana. O recém-fundado Estado italiano era uma monarquia limitada com uma constituição e sistema político parlamentarista (Blinkhorn 2009, 16), cujas bases eleitorais no século XIX eram estreitas e foram se alargando lentamente (Blinkhorn 2009, 17).<sup>3</sup> Ser liberal na Itália não era sinônimo de ser democrata, a maioria dos parlamentares entendia o liberalismo, como uma monarquia limitada, um parlamento eleito por uma minoria de ilustrados e um Estado que

<sup>3</sup> Em 1870 a Itália possuía aproximadamente, 32 milhões de italianos com cerca de meio milhão e eleitores. Em 1881 eram 2 milhões de eleitores e em 1921, três milhões. Blinkhorn, 2009, 17.

mantivesse a separação com a Igreja, salvaguardando o direito de propriedade e os privilégios sociais (Blinkhorn 2009, 20-21).

Havia, portanto, uma divisão interna no Estado italiano, um *Estado-dual* com um executivo não-eleito (um monarca), comandantes militares e um regime ministerial clientelista (Mann 2008, 106) e do outro lado, um parlamento aberto ao sufrágio universal – naquele momento limitado – e, portanto, eleito. As mudanças no vetor parlamentar italiano não foram acompanhadas de modificações no executivo (Mann 2008, 107) e o executivo seguiu dominado por camadas reacionárias, ligadas à monarquia e ao antigo regime. Durante a década de 1890 e 1900, conservadores e militares procuraram “provocar o retorno a um sistema de governo mais autoritário” (Blinkhorn 2009, 23), sendo impedidos pela oposição dos setores mais liberais e democráticos. O fascismo deste modo, alimentava-se de uma crise de mudança para um governo liberal, a crise de um estado semi-autoritário em transição (Mann 2008, 111).

Ao combinar as táticas de ações ilegais e legais, mas naquele momento, principalmente ilegais, o fascismo italiano, por meio de um paramilitarismo militante, conseguiu incidir no Estado-dual (principalmente a partir de 1920), reforçando sua face autoritária e esvaziando sua face republicana. Para Fabbri apesar “da tendência republicana ainda professada por alguns líderes, o fascismo tornou-se cada vez mais uma força de apoio não apenas às instituições econômicas e militares do capitalismo e do nacionalismo, mas também à própria instituição monárquica” (Fabbri 1919, 26).

Em 1919, as eleições de novembro se deram em meio a uma crise da representação liberal e com avanço eleitoral dos socialistas. No início de 1919 foi fundado o Partido Popular Italiano (PPI), um partido de extração católica que nas eleições abocanharia mais de 100 cadeiras na câmara italiana, enquanto os socialistas ganhariam 156 cadeiras. Os liberais e seus aliados ficariam com menos da metade da câmara (Duggan 2016, 223). A primeira participação eleitoral do fascismo foi um retumbante fracasso. Em Milão, até então sua única base significativa, os fascistas amealharam menos de 5 mil votos de 275 mil e assistiram seus concorrentes socialistas, colherem uma vitória eleitoral esmagadora, em sua principal base (Blinkhorn 2009, 39).

Fabbri cedo compreendera que as eleições e o parlamentarismo não eram suficientes para impedir o fascismo, não apenas pela sua descrença anarquista nas mudanças pela via eleitoral, mas por sua análise, que considerava que os fascistas (até o momento do texto, em 1921) buscavam principalmente as vias da ilegalidade. Para ele o sucesso nas eleições administrativas de 1920, não foram suficientes para impedir o fascismo e pior, criavam a ideia que os operários, apelassem passivamente para a lei enquanto os fascistas se aliavam à polícia e as forças de segurança (Fabbri 1921, 22).

O crescimento eleitoral dos socialistas desregulou ainda mais, o frágil sistema político italiano e o equilíbrio da balança desse *Estado-dual*. Somado a isto, com o crescimento explosivo da inflação no verão de 1919, uma onda de saques e greves varreu o território italiano (Duggan 2016, 225). Não à toa, é um consenso entre os pesquisadores (Blinkhorn 2009, 39; Duggan 2016, 225) de que a partir de 1920, o fascismo entra num novo momento histórico. Primeiro há um abandono de quaisquer resquícios sindicais em seu programa político, segundo, galvaniza-se a consolidação de um violento anti-socialismo fascista, com o aumento crescente de sua violência paramilitar, principalmente na região agrária do Vale do Pó e na Toscana (Blinkhorn 2009, 39).

As ocupações de fábricas em setembro de 1920, desorganizaram o que alguns pesquisadores caracterizaram como “fontes de ordem e segurança constitucionais anteriores” (Mann 2008, 111) gerando preocupações das classes dominantes em relação aos direitos de propriedade e ordem social. Essas preocupações eram transnacionais e possuíam o regime bolchevique como uma eterna fonte de ameaça naquele momento. Não à toa, o ascenso da violência fascista italiana, se deu exatamente, no descenso do movimento operário. A Itália era para Fabbri, “o país mais revolucionário da Europa, depois da Rússia” e o país teria entrado em colapso se “não fosse o apoio de uma força armada de gendarmes e soldados” (Fabbri 1921, 9). Fabbri, avalia este processo do seguinte modo:

Do início de 1919 em diante, houve uma verdadeira intoxicação. Centenas de milhares de pessoas compareceram a todas as praças públicas da Itália: a imprensa socialista e revolucionária foi tomada de assalto: as assinaturas de jornais subversivos atingiram números que antes eram considerados fabulosos. Os partidos proletários, especialmente o partido socialista, e os sindicatos estavam se tornando enormes, massivos. A revolução estava na boca de todos: e, de fato, a revolução tinha o apoio da maioria e seus adversários estavam se preparando para ela. As eleições de novembro de 1919, disputadas com base em um programa radical, quadruplicaram o número de deputados socialistas e viram a derrota dos partidos de guerra, levando essa intoxicação a patamares arrebatadores. Mas a revolução não veio e não foi concretizada. [...]

Em princípio, o espetáculo foi esplêndido e impressionante: até mesmo os privilegiados, os poderosos e os ricos ficaram impressionados e esperavam um colapso. Mas esse colapso nunca aconteceu. Como era natural, já que ninguém de fato se empenhou em fazê-lo (Fabbri 1921, 10).

Para Fabbri, em “três ocasiões específicas [...] as instituições da monarquia estiveram a um passo de serem derrubadas” (Fabbri 1921, 10), a primeira, quando a “Guarda Real ainda não havia sido criada”, a segunda, “no final de junho de 1920, durante a revolta militar em Ancona” e a terceira “durante as ocupações de fábricas em agosto e setembro de 1920” (Fabbri 1921, 11). A retaliação e repressão ao movimento operário por “estado de sítio, leis de emergência, prisões em massa e proibição de agremiações não era mais viável”, pois “poderia muito bem ser suficiente para lidar com as minorias anarquistas e ultrarrevolucionárias, mas era impotente e inadequada [...] no que dizia respeito às grandes massas do proletariado” (Fabbri 1921, 12). Neste vácuo de espaço

político, o fascismo aparece como uma das opções de solução da crise política e social e começa uma mudança na sua composição social.

Apesar de reconhecer que parte das fileiras fascistas são formadas por professores, pequeno-burgueses e profissionais liberais (Fabbri 1921, 6), o anarquista italiano percebe ainda que em 1921, sua composição social vai se modificando e passa a ter a “adesão cada vez mais numerosa, embora pequena em relação às massas, de elementos operários” (Fabbri 1921, 33). Essa adesão de massas de parte da classe trabalhadora ao fascismo tornar-se-á mais expressiva nos anos seguintes e segundo Fabbri se explicavam por inúmeros motivos. O primeiro, “pelo crescente desemprego” (Fabbri 1921, 34) e porque parte dos trabalhadores buscava obter um emprego a partir das ligas autônomas do fascismo, que também “prometiam a inserção no mercado de trabalho, a defesa dos salários etc.” (Fabbri 1921, 34). Apesar da importância de os sindicatos fascistas não poder ser exagerada, segundo Fabbri, “o fato de os trabalhadores terem aderido ao fascismo por vontade própria merece ser analisado” (Fabbri 1921, 34). O segundo motivo seria a “educação dada às massas trabalhadoras, especialmente em certas praças onde ser socialista equivale a ser um sindicalista e onde todo o socialismo consiste em se organizar para receber mais, trabalhar em melhores condições” e “até mesmo votar no deputado que defende os direitos sindicais” (Fabbri 1921, 34). Isso faz com que os trabalhadores “não prestem muita atenção à cor diferentes da bandeira da associação ou da agência de empregos se os benefícios que lhe são prometidos forem os mesmos” (Fabbri 1921, 34). A burocratização sindical, o que o autor chamava de *funcionarismo*, tornava a prática militante da propaganda e do recrutamento sindical como profissões e esvaziavam o significado de luta, em detrimento de uma rotina burocrática. O terceiro motivo era relativo ao que se convencionou chamar de *unicidade sindical*.

Outra causa da degeneração é o sistema antilibertário de tornar a organização, e talvez uma determinada organização com a exclusão de todas as outras, obrigatória para todos os trabalhadores em um ofício, sob pena de ficarem desempregados, serem boicotados e, às vezes, situações ainda piores. Em muitos lugares, criou-se o aforismo indiscutível de que qualquer pessoa que não esteja organizada é um fura-greve! Para Fabbri, a dificuldade do Estado italiano em lidar com grandes massas operárias na órbita do socialismo e em contextos políticos pré-revolucionários, fez com que a classe dominante passasse a enxergar nos fascistas, uma possibilidade de suprimi-los (Fabbri 1921, 34).

Ao adotar um sistema de organização sindical compulsória, Fabbri aponta, que o movimento operário italiano, removeu das organizações sindicais “o conteúdo idealista e todo o espírito de luta, e constitui um germe de dissolução no seio destas” (Fabbri 1921, 37). Para Fabbri a violência fascista foi o “reagente que evidenciou os danos da organização imposta, sem a qual certos elementos dos trabalhadores não teriam se voltado para o fascismo.” Para o italiano, “deixados livres, eles teriam se juntado voluntariamente à nossa organização por convicção

posteriormente, ou teriam permanecido indiferentes” (Fabbri 1921, 37). Fabbri considerava que “a filiação compulsória aos sindicatos” violou o princípio de livre-associação e preparou o terreno para a disseminação do fascismo dentro da classe operária. Para ele, obviamente, os erros dos socialistas e operários, são uma explicação para “o fato do fascismo ter sido capaz de se desenvolver [...] em certos ambientes que, por sua natureza, deveriam ser refratários a eles”, mas “de forma alguma, uma justificativa do próprio fascismo” (Fabbri 1921, 38).

Para o anarquista italiano, a falta de organização do movimento operário e dos setores do socialismo (incluindo os anarquistas) facilitou o ascenso fascista, conjuntamente com sua fé na legalidade. O desgaste do movimento operário com a opinião pública, para Fabbri “aumentou a sensação de mal-estar em todos os que não faziam parte formalmente das fileiras socialistas ou que não pareciam fazer parte delas” (Fabbri 1921, 15). E no que diz respeito à sua defesa, Fabbri avalia que se o movimento operário “tivesse resistido prontamente aos primeiros ataques fascistas com o vigor, a violência e o comprometimento necessários, o fascismo poderia ter nascido natimorto”. Faltou ao movimento operário, a formação de uma “resistência, não esporádica e eventual, mais ou menos individual ou grupal e por demais limitada, mas geral” (Fabbri 1921, 30) e a “mera ideia de formar núcleos ‘Arditi del Popolo’ foi preventivamente reprimida das formas mais enérgicas – com proibições, ameaças, buscas e prisões” (Fabbri 1921, 31), aproveitando a baixa amplitude dessa forma de resistência. E o “parte do bom efeito moral do arditismo é neutralizada por um fato oposto [...], a adesão cada vez mais numerosa, embora pequena em relação às massas, de elementos operários” (Fabbri 1921, 33).

Outro erro do movimento operário, para Fabbri, foi que “o proletário optou por apelar passivamente para a lei, até mesmo essa fraca trincheira foi demolida pelo inimigo por muitos lados” (Fabbri 1921, 22). A partir daí, o fascismo passou a receber “toda assistência em termos de financiamento e armas” (Fabbri 1921, 23). Portanto, “houve uma contrarrevolução sem nunca ter havido uma revolução”, uma verdadeira contrarrevolução preventiva propriamente dita, da qual o fascismo foi o fator mais ativo e impressionante”. A partir de uma “atividade combinada em três frentes: violência fascista ilegal, repressão governamental legal e pressões decorrentes do desemprego” (Fabbri 1921, 19) o movimento operário entrava em refluxo. Para este, a aliança dos fascistas com a polícia foi fundamental para seu avanço.

os Guardas Reais e os fascistas patrulhavam juntos e, na sede da polícia, os fascistas encontravam uma casa longe de casa, e os policiais e os Guardas Reais montavam guarda do lado de fora da sede do Fascio. Tive a certeza de que, em mais de uma ocasião, os fascistas também usaram caminhões da polícia e do exército para reabastecer e transportar suas armas. (Fabbri 1921, 21).

Sobre as forças armadas italianas, Fabbri naquele momento avaliava que “todos os oficiais são fascistas e que o Estado-maior não é estranho ao fascismo”, apesar de considerar que estas são

mais cautelosas (Fabbri 1921, 21). Cabe dizer que naquele momento, não havia nenhuma experiência de regime fascista, tampouco, havia total clareza sobre qual seria o programa de seus aderentes. Mas o fascismo consolidava-se como um movimento de massas. Fabbri nesse momento, muito prematuramente compreendeu que o fascismo não podia ser compreendido apenas por seus líderes. Para Fabbri “Os fascistas, mesmo vários de seus líderes que acreditam seriamente que estão liderando o movimento, na realidade não passam de agentes de um fenômeno mais forte que eles, que os arrasta” (Fabbri 1921, 38). Para Fabbri, uma correta compreensão do fascismo, deveria distinguir os interesses das lideranças das massas mais amplas fascistas.

Eu disse acima que o fascismo é uma manifestação volitiva dos interesses da classe dominante, mas preciso me corrigir. Isso é verdade em parte, especialmente para certos elementos que estão à frente do fascismo e tentam dominá-lo, guiá-lo, empurrá-lo ou mantê-lo além ou dentro dos limites, de acordo com o que os interesses, a conveniência política, a conveniência do momento etc. aconselharem. Mas, embora isso continue sendo verdade, pelo menos em parte, para os líderes, não é mais verdade para as massas fascistas (Fabbri 1921, 38-39).

O fascismo para Fabbri não é “aquele que está contido nas forças de combate regulares e seus filiados”, pois ao “redor de seus membros regulares, afiliados e recrutas, há toda uma série de simpatizantes e fascistas de ação, entre lojistas, vendedores, fazendeiros e agentes rurais, proprietários de terra, atendentes, jornalistas, etc.” (Fabbri 1921, 63).

A partir do outono de 1920, Fabbri avalia que “o fascismo adquiriu o defeito das massas, a impulsividade, ou seja, mover-se cada vez mais pela força de seu próprio peso e pelo impulso dos elementos obscuros e inconfessáveis” (Fabbri 1921, 39) e que o fascismo “perdeu a vantagem dos pequenos grupos, de se movimentar livremente e só fazer realmente o que eles querem. [...] Agora, há muitas coisas que os líderes fascistas estabelecem e gostariam de fazer, mas que as massas fascistas não sentem e não fazem; na verdade, às vezes fazem exatamente o contrário (Fabbri 1921, 39).

Em sua avaliação, isso tornava o fascismo ainda mais incontrolável e capaz de “atos mais impressionantes de violência, brutalidade e destruição” (Fabbri 1921, 63). Ao considerar que o fascismo se massificou, Fabbri calibra a análise deste fenômeno, com a percepção de que seria preciso compreendê-lo também de “baixo para cima”, tendo em vista que o movimento fascista era mais amplo que suas lideranças.

Durante o período em que o texto de Fabbri foi produzido, os fascistas faziam discussões sobre a formação de seu partido, fato que desembocou na fundação do Partido Nacional Fascista (PNF) em 1921. O texto de Fabbri contém contraditoriamente, opiniões produzidas antes da fundação do partido e depois, pois assim que o partido fascista foi fundado, Fabbri rapidamente fez ajustes numa das partes do texto, mas ao que tudo indica, não ajeitou as anteriores. Sobre a transformação de movimento em partido, Fabbri aponta que “ele pode muito bem existir e se

autodenominar como é agora, mas em substância será algo totalmente diferente, composto de elementos diferentes” (Fabbri 1921, 61). Não acreditando em nenhum tipo de moderação, Fabbri aponta que “o fascismo do porrete, da arma e do fogo, que espera superar a crise nascida da guerra com a contrarrevolução preventiva, esse fascismo não renunciará à violência” e para ele “continuará a existir como é, a menos que seja superado por uma força maior” (Fabbri 1921, 63). “Eu já disse por que não acredito muito que o fascismo renuncie à ilegalidade e à violência” (Fabbri 1921, 64). O fascismo já era um movimento de massas e seu programa amalgamava monarquismo, nacionalismo, livre-comércio e antissocialismo. Para Fabbri

O programa foi redigido de forma a permitir que o fascismo permaneça como está, destrutivo e violento, enquanto lhe convier, mas que possa retornar à legalidade caso encontre algum benefício nela. Todos os preconceitos são habilmente evitados, e as declarações teóricas mais imprecisas deixam todos os caminhos abertos. O único objetivo claramente proclamado é a contrarrevolução a todo custo, por todos os meios e sem barreiras, para a preservação do estado e do regime capitalista. O fascismo declara em seu programa sua aspiração de governar a Itália, de estabelecer um Estado forte e soberano que reconheça e defenda a função social da propriedade privada. Trata-se, portanto, de um programa de luta não apenas contra a revolução, mas também contra o socialismo e contra o proletariado que, por qualquer meio, tende à igualdade e à liberdade, à libertação do trabalhador assalariado da escravidão, ao fim da exploração de seu trabalho. [...]

O restante do programa, de natureza prática, sobre a política interna e externa, o exército e a marinha, a escola, o judiciário, a legislação social, etc., baseia-se nos princípios acima e não é diferente do programa nacionalista. Com relação à forma política do Estado, sem nomeá-la, o fascismo aceita implicitamente a monarquia “na medida em que os valores nacionais encontram expressão e proteção nela”, ou seja, protegendo efetivamente o militarismo e o capitalismo. Caso contrário - a ameaça é implícita, mas muito clara - um pronunciamento ou golpe de Estado pode substituí-la por qualquer forma política diversa (Fabbri 1921, 62).

Para Fabbri o governo era impotente e ao mesmo tempo, cúmplice do fascismo (Fabbri 1921, 67) e diferenciava o liberalismo teórico burguês, do liberalismo real. Se o liberalismo teórico advoga um Estado “superior aos partidos e às classes, imparcial e equipado com as mais delicadas balanças de precisão para pesar o certo e o errado [...] esse Estado ideal poderia muito bem esmagar o movimento fascista”. E Fabbri vaticina: “será que esse estado ideal existe? Sem chance!” (Fabbri 1921, 64). Fabbri afirma que “em todas as configurações o Estado sempre foi o expoente dos interesses de uma classe contra outra” e o fascismo foi “o enterro definitivo da concepção democrática do Estado” (Fabbri 1921, 64). Para ele “não é verdade que o Estado seja, como dizem os marxistas, meramente o comitê de negócios da burguesia, subordinado a ela em tudo e destinado a morrer com ela”. Para Fabbri, “ele poderia sobreviver a ela e criar uma nova classe dominante. O Estado também é, por si só, uma fonte de privilégio econômico e político” (Fabbri 1921, 64).

Para Fabbri, o fascismo sobrevive com base em interesses particulares, mas em detrimento do interesse geral, não apenas do proletariado. Para Fabbri, o regime italiano “cava um desastre ainda mais calamitoso e catastrófico” (Fabbri 1921, 64). O fascismo, ao se colocar com sua violência “fora da lei ordinária” e assumindo “as funções de repressão e reação, próprias do Estado,

destitui o próprio Estado” e com as “simpatias das classes dominantes” segue como um “aliado do Estado, um aliado cansativo, exigente, inconveniente, comprometedor, insubordinado, como queira; mas é um aliado. Como é possível que o Estado pense seriamente em destruí-lo” (Fabbri 1921, 64-65). Para ele: “Em suma, de forma alguma, sob qualquer ponto de vista, convém ao Estado - nem em um sentido positivo nem negativo - colocar-se violentamente contra o fascismo”. Essa possibilidade só seria realizada – segundo o autor – se “a maioria da classe dominante, visse um meio melhor de salvação no reformismo com tendências socialistas, mas que não afetasse o direito à propriedade.” (Fabbri 1921, 64-65) Fabbri apontará que uma

minoria burguesa e uma minoria socialista [...] têm essa ilusão, que pode ter sido compreensível e talvez possível antes da guerra”, mas que, com a tremenda crise que se aproxima e se precipita cada vez mais, seria seguida pela mais terrível desilusão. (Fabbri 1921, 64-65).

E mesmo se os socialistas reformistas conseguissem operar essa aliança com a burguesia, contra o fascismo, num governo de turno, isso levaria ao abandono de seu programa.

O socialismo no poder teria, então, ao seu lado, juntamente com o regime monárquico, a burguesia mais pacata e acomodada, assim como a polícia e o judiciário, que não deixariam de se voltar para o novo sol por interesse próprio e pelo hábito de ficar ao lado dos que estão no poder; em outras palavras, ele teria os meios para conter o fascismo, que seria automaticamente abandonado por todos aqueles que se juntaram a ele por oportunismo. Mas, em contrapartida, não precisaria mais ser “socialismo”; teria que defender a propriedade privada e o Estado, teria que se posicionar cada vez mais sensivelmente contra as massas cujos interesses estavam em desacordo com o Estado e os proprietários; e não poderia nem mesmo implementar, por causa da crise econômica e social que estava abalando o mundo e que não cessaria por enquanto, aquelas reformas em benefício do proletariado que teriam sido possíveis antes da guerra. Em uma palavra, ele se esgotaria, se desacreditaria, se esvaziaria. Seria, de fato, a maior e mais verdadeira vitória do fascismo!

[...]

Acontecerá, com o fascismo à parte, o que aconteceu em proporções menores na França em 1848, após a revolução socialista-republicana em fevereiro. Os socialistas, que haviam entrado no governo com a burguesia radical, desacreditaram a si mesmos e à revolução em poucos meses. (Fabbri 1921, 67-68).

Fabbri avalia que só existiriam dois outros meios para combater o fascismo. O primeiro seria “recorrendo à força proletária, armando os trabalhadores em sua defesa, ou simplesmente deixando-os livres para se armarem e se defenderem contra o fascismo” (Fabbri 1921, 69). Esse primeiro meio seria completamente inviável, pois “é natural que o Estado jamais faça tal coisa, e se acautele contra ela como um enorme perigo” (Fabbri 1921, 69). Outro meio seria o Estado suplantar o fascismo “não combatendo-o, mas, por sua vez, desempoderando-o, tornando-se mais violento do que ele é contra o proletariado, contra o socialismo, contra a liberdade; ou seja, fazendo uma reação estatal anti-proletária” (Fabbri 1921, 69).

Os meios poderiam ser muitos: ditadura militar, estado de sítio, decretos-lei, todos aqueles, em suma, com os quais as classes dominantes provaram ao longo da história que conseguem transitar de uma legalidade para outra. Pode-se chegar ao ponto de restabelecer o governo absoluto ou um regime semelhante, como está sendo tentado na Hungria. (Fabbri 1921, 69).

Para Fabbri a “reação do Estado, francamente antiproletária, tornaria o fascismo inútil para a classe dominante; e ele deixaria de existir por falta de função e por falta de alimento”. Neste sentido, nos países em que governos autoritários e semi-autoritários tivessem iniciativa nessa repressão ao socialismo e ao movimento operário, o fascismo teria um rival à altura e perderia seu protagonismo. Fabbri achava pouco provável que o fascismo se moderasse, para ele, o fascismo se consolidaria como “um instrumento de coerção violenta, como uma espada de Dâmocles continuamente pendurada sobre a classe trabalhadora” (Fabbri 1921, 75). Por isso, a luta contra o fascismo “só pode ser travada com eficácia atacando-o por meio das instituições políticas e econômicas das quais ele emana e das quais se alimenta” (Fabbri 1921, 75).

Tudo isso vem confirmar o que já foi dito, que o fascismo é um ramo do grande tronco estatal-capitalista, ou uma filiação dele. Lutar contra o fascismo deixando seu genitor perene intacto e, de fato, iludir-se pensando que se pode encontrar nele um defensor contra o outro, é continuar a ter um e o outro sobre os ombros, cada dia mais pesados e opressivos. Matar o fascismo só é possível se a ação defensiva contra ele, imposta pelas circunstâncias, não for separada do ataque às suas fontes: o privilégio do poder e o privilégio da riqueza. (Fabbri 1921, 76-77).

Para o combate ao fascismo portanto, Fabbri aponta a necessária unidade de forças contra organizadas contra o fascismo e numa perspectiva de maior simultaneidade possível (Fabbri 1921, 77). Para o anarquista italiano, o fascismo por meio da audácia de seus líderes, aproveitou um momento de fraqueza do movimento operário, fruto de equívocos e limites dos próprios organismos sindicais e políticos e de um contexto favorável, à sua disseminação.

## Conclusões

A partir do que foi previamente analisado, podemos sistematizar a concepção de Fabbri sobre o fascismo. Em primeiro lugar, Fabbri avalia a natureza estrutural do fascismo como uma reação das classes dominantes ao avanço do movimento operário pós-Primeira Guerra Mundial, especialmente, após as ocupações de fábricas na Itália e as greves de 1919-1920. As ocupações de fábricas, ainda que derrotadas e de curto prazo, esgarçavam os limites da economia moral da classe dominante, pois atingiam o núcleo duro dos valores burgueses do direito de propriedade. O fascismo surgia não apenas como um fenômeno instrumental das classes dominantes, mas ele próprio possuía uma autonomia relativa, formalizada na dinâmica de baixo para cima de seus aderentes.

Em segundo lugar, a composição social e dinâmica de massas do fascismo era avaliada de maneira heterogênea. Sua base inicial proveio de ex-combatentes, estudantes, profissionais liberais e pequeno-burgueses, mas na medida em que se expandiu para a classe trabalhadora – por promessas de empregos e pela desilusão da burocratização sindical – Fabbri avalia, que o fascismo possuía o “defeito das massas”. A partir da ação violenta ilegal com apoio tácito do Estado, o

fascismo pode se espalhar pelo tecido social. Em terceiro lugar, Fabbri aponta as falhas do movimento operário que facilitaram a ascensão fascista, como a fé na legalidade, a passividade diante da violência fascista, a confiança no Estado liberal (cúmplice do fascismo), as práticas autoritárias de filiação compulsória dos trabalhadores e a falta de uma resistência nacional organizada.

Em quarto lugar, a dualidade do Estado italiano, com um parlamento eleito (com socialistas e católicos ganhando espaço) e um executivo autoritário (monarquia, forças armadas, judiciário) aprofundou uma divisão no interior das classes dominantes, com uma parte vendo o fascismo como um aliado inconveniente contra a “ameaça vermelha”. Ao aprofundar essa divisão, o fascismo agiu como braço ilegal do Estado e recebeu apoio logístico e material das elites mais reacionárias. Em quinto lugar, o fascismo é entendido como um fenômeno transnacional, fruto de modificações globais oriundas da guerra total e da crise do capitalismo, com potencial de replicação em outros países, sua ideologia combina nacionalismo extremo, antissocialismo e defesa da propriedade privada, podendo se adaptar a contextos diversos. Em sexto lugar, a estratégia antifascista deveria se concentrar no ataque às suas bases materiais (Estado e capitalismo), não apenas no confronto direto, mesclando estratégias de autodefesa proletária, superação do reformismo e negação de alianças com a burguesia num eventual governo socialista, o que levaria ao abandono do programa socialista e o consequente descrédito do socialismo.

Por fim, a originalidade de Fabbri é combinar as duas dimensões de análise do fascismo. O italiano analisa tanto o papel de dominação de classe do fascismo, quanto sua autonomia, desenvolvendo uma análise dialética, que combina a compreensão do papel das elites e das massas fascistas nesse fenômeno. Assim como incorpora fatores culturais, institucionais e políticos, à análise econômica. Sua obra é pioneira ao identificar o fascismo como um fenômeno moderno e autoritário, antecipando debates que só se consolidariam anos depois na esquerda.

### Referências bibliográficas

- Antonioli, Maurizio. “A U.S.I. O sindicalismo revolucionário italiano”. Em *História do Movimento Operário Revolucionário*, ed. Eduardo Colombo *et al.* São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.
- Berner, Camilo. *El Delirio racista*. Cidade do México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2010.
- Blinkhorn, Martin. *Mussolini e a Itália Fascista*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- Bray, Mark. *O Manual Antifascista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- Duggan, Christopher. *História concisa da Itália*. São Paulo: Edipro, 2016.
- Eksteins, Modris. *A sagração da primavera: a Primeira Guerra Mundial e o nascimento da modernidade*. Campinas: Vide Editorial, 2021.

- Fabbri, Luce. *Fascismo: definição e história*. São Paulo: Tenda de Livros, 2019.
- Fabbri, Luce. *Historia de un hombre libre: Luigi Fabbri*. Montevideo: Editorial Nordán-Comunidad, 2002.
- Fabbri, Luigi. *Dittatura e rivoluzione*. Ancona: Libreria editrice internazionale, 1921.
- Fabbri, Luigi. *La Controrivoluzione Preventiva. Riflessioni sul fascismo*. Milano: Zero In Condotta, 2009.
- Fabbri, Luigi. “O Estado e a Revolução: sobre o livro de Lênin do mesmo nome”. 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fabbri/1920/mes/90.htm>. Acesso em 22 dez. 2025.
- Fabbri, Luigi. “Revolução não é ditadura: gestão direta das bases do socialismo”. 1919. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fabbri/1919/mes/90.pdf>. Acesso em 22 dez. 2025.
- Guerín, Daniel. *Fascismo e Grande Capital*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2021.
- Lamendola, Francisco. “Em memória de Luigi Fabbri”. Em *Umanità Nova*, 6-11-1988. Disponível em: <https://www.katesharpleylibrary.net/2rbpdf>. Acesso em 22 dez. 2025.
- Levy, Carl. “Anarchism and Syndicalism in Italy”. Em *The Cambridge History of Socialism. Vol 1*, ed. Marcel van der Linden. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.
- Mann, Michael. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- Moura, Maria Lacerda de. *Fascismo: filho dileto da igreja e do capital*. São Paulo: Entremares, 2018.
- Paris, Robert. *As origens do fascismo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- Renton, David. *Fascismo*. São Paulo: Usina Editorial, 2024.
- Rocker, Rudolf. *Nacionalismo y Cultura*. Ciudad de Mexico: Cajica, 1962.
- Santos, Kauan Willian dos. “Internacionalismo, questões étnico-raciais e luta de classes na imprensa e na militância anarquista diante dos movimentos fascistas e do corporativismo no Brasil (1930-1945)”. *Revista Faces de Clío*, 11 n. 20 (2024): 139-158.
- Venza, Claudio. “O anarco-sindicalismo italiano durante o “Biennio Rosso” (1919-1920)”. Em *História do Movimento Operário Revolucionário*, ed. Eduardo Colombo *et al.*. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.
- Walt, Lucien van der. Schmidt, Michael. *Black Flame. The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism*. Oakland: AK Press, 2009.
- Walt, Lucien van der, e Steven Hirsch. “Repensando o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária: a experiência colonial e pós-colonial”. Traduzido por Rafael Viana da Silva. Em *Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA)*, 2024.

\*\*\*

Recebido: 02 de junho de 2025

Aprovado: 21 de novembro de 2025